



A Senda nos

Estudos da

Língua Portuguesa

Fabiano Tadeu Grazioli
(organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Fabiano Tadeu Grazioli
(Organizador)

A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A474	A senda nos estudos da língua portuguesa [recurso eletrônico] / Organizador Fabiano Tadeu Grazioli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa; v.1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-492-4 DOI 10.22533/at.ed.924192407 1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa – Pesquisa – Brasil. I. Grazioli, Fabiano Tadeu. II. Série. CDD 469.5
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A imagem do caleidoscópio pode representar de maneira satisfatória este primeiro volume de *A senda nos estudos da Língua Portuguesa*, isso porque – sendo o referido aparelho óptico formado internamente por pequenos fragmentos de vidro colorido e espelhos inclinados, que, através do reflexo da luz exterior, apresentam combinações variadas a cada movimento – os trabalhos que compõem o volume partem de diferentes veredas do âmbito das linguagens para se unirem e oferecerem um panorama diverso e complexo de estudos que, dependendo do movimento e da perspectiva de quem olha/lê, pode apresentar múltiplos caminhos (ou sendas, como bem registramos no título) que, contemporaneamente, a Língua Portuguesa percorre no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Do lugar de que olhamos para o caleidoscópio agora, como organizadores da obra – que é a experiência de quem olha para cada fragmento de vidro colorido, cada um por sua vez –, cabe fazer alusão à temática de cada capítulo-fragmento, na tentativa de transmitir a multiplicidade de enfoques que as linguagens recebem aqui. Assim, cabe listar como temáticas dos capítulos, na ordem que aqui aparecem: o processo metaenunciativo de (re) construção de sentidos na densidade dialógica dos discursos estéticos e textuais, via enunciados parafrásicos; o ensino de língua pelo caminho do gênero textual; a linguagem jurídica em uma perspectiva linguística, para fins de melhorar a relação entre o Direito e o cidadão comum, facilitando, assim, seu acesso à Justiça; a constituição do *ethos* discursivo dos pronunciamentos presidenciais dos países lusófonos Angola e Brasil, da década de 1990, uma vez que esses dois países têm um passado em comum e trazem semelhanças resultantes das ações do período da colonização portuguesa; a reconstrução e a ressignificação da história de vida dos Candangos, primeiros moradores de Brasília, partindo da análise de um conjunto de fotografias e de entrevistas.

Na sequência, os capítulos tratam da descrição das categorias nominais gênero linguístico e número sintático em Português Europeu, em confronto com sua ausência em línguas de modalidade diferente em contacto com o Português – o Tétum e o Caboverdiano; do processo de intensificação adjetival que ocorre no português falado no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, a partir da Gramática Funcional do Discurso, da Teoria Semântica Lexical e pelo Interculturalismo; do impacto que um trabalho com linguagem escrita, numa perspectiva sociointeracionista, tem sobre a formação de alunos com idade entre três e quatro anos (que contituiam, no momento da execuussão da proposta, uma turma de maternal II), especialmente em relação à formação de futuros leitores; da intercompreensão entre o português, o espanhol e o francês como estratégia para ensinar o português – língua não materna – a alunos franceses, em universidades francesas.

Ainda seguindo o caminho anunciado no Sumário, os capítulos seguintes

abordam: as unidades fraseológicas portuguesas corpo humano; a análise do léxico, em uma abordagem discursiva, investigando as lexias que podem ser típicas da fala do homem acreano, no contexto do romance *O Empate*, de Florentina Esteves, uma escritora acreana; os processos enunciativos e, portanto, discursivos e interacionais no uso da materialidade sincrética no *site* da escritora Angela Lago, que tem como interlocutor o público infantil; a identidade e a subjetividade do negro nos ladrões (versos improvisados) do Marabaixo, manifestação da cultura afro-amapaense, à luz de pressupostos da análise do discurso de base francesa; o tratamento e apresentação de termos de áreas científicas nos minidicionários escolares do tipo 3, desenvolvidos para alunos do Ensino Fundamental II, público que usa com frequência o referido material; o uso de operadores argumentativos na construção de enunciados de editoriais, apresentando-os como correspondentes aos lugares da retórica clássica; a educação prisional sob a ótica foucaultina.

No último apanhado de textos, encontramos um capítulo que enfatiza uma abordagem teórica sobre a definição de literatura e o seu caráter artístico e estético; a produção seguinte trata da relação entre os estudos do pensador Mikhail Bakhtin e letras das canções de Tom Zé; outro capítulo focaliza o estudo da poesia medieval, tanto das cantigas profanas, quanto das cantigas religiosas; a seção posterior realiza uma análise do episódio “Os Doze de Inglaterra”, da obra *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, tendo como ponto de partida aspectos literários e sintáticos; depois, um estudo que observa a descortesia estratégica proferida pelos personagens no romance *Meu destino é pecar*, de Nelson Rodrigues, demonstrando que as relações de interação são construídas por meio de estratégias argumentativas para atacar a imagem do interlocutor; e fecha a obra um capítulo no qual a pesquisa reflete sobre o papel do docente mediador na constatação de casos de violência contra crianças na turma sob sua responsabilidade.

Os estudos apresentados foram produzidos por pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras, como o leitor poderá perceber na abertura de cada texto. As metodologias de pesquisa também são diversas, uma vez que a multiplicidade só pode ser a marca de uma coletânea que é organizada a partir de uma chamada com abertura para o diverso.

Agora, cabe ao leitor que chegou até a obra-caleidoscópico mirá-la a partir do seu enfoque e buscar no conjunto de perspectivas que a experiência da leitura que um artefato tão diverso pode oferecer, os textos que são do seu interesse. Que a experiência da leitura seja tão interessante quanto é olhar para um ponto fixo pelo enquadramento do caleidoscópico.

Fabiano Tadeu Grazioli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DO DISCURSO ESTÉTICO E OUTROS GÊNEROS TEXTUAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM PROCESSO METAENUNCIATIVO DE MÚLTIPLAS LEITURAS	
Maria Bernardete da Nóbrega Maria das Dores Oliveira de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.9241924071	
CAPÍTULO 2	15
A DIDÁTICA DA ESCRITA NO ENSINO DE PORTUGUÊS	
Cleide Inês Wittke Jossemar de Matos Theisen	
DOI 10.22533/at.ed.9241924072	
CAPÍTULO 3	30
A SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA	
Luciana Helena Palermo de Almeida Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.9241924073	
CAPÍTULO 4	49
ANGOLA E BRASIL – PODER E DISCURSO POLÍTICO A CONSTITUIÇÃO DO ETHOS DISCURSIVO DE PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS	
Patrícia Martins Mafra	
DOI 10.22533/at.ed.9241924074	
CAPÍTULO 5	63
A FOTOGRAFIA COMO MEMÓRIA NA VIDA DOS CANDANGOS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE BARDIN	
Rita Barreto de Sales Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9241924075	
CAPÍTULO 6	79
CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS SOBRE AS CATEGORIAS NOMINAIS E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Celda Maria Gonçalves Morgado Ana Sofia do Carmo Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9241924076	
CAPÍTULO 7	91
PROCESSOS DE SISTEMATIZAÇÃO NA SELEÇÃO LEXICAL EM PLE/PL2: A INTENSIFICAÇÃO DO ADJETIVO	
Adriana Ferreira de Sousa de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.9241924077	
CAPÍTULO 8	103
“NA PRÁTICA, A TEORIA É OUTRA”: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO DA ESCRITA EM UMA ESCOLA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
Ana Carolina Vilela-Ardenghi Adriana Sadagurschi	
DOI 10.22533/at.ed.9241924078	

CAPÍTULO 9	117
THE INTERCOMPREHENSION BETWEEN PORTUGUESE, SPANISH AND FRENCH AS A STRATEGY FOR TEACHING PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE TO FRENCH STUDENTS AT FRENCH UNIVERSITIES	
Carolina Nogueira-François	
DOI 10.22533/at.ed.9241924079	
CAPÍTULO 10	128
UMA ABORDAGEM SINCRÔNICA E DIACRÔNICA DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS PORTUGUESAS ASSOCIADAS AO CORPO HUMANO	
Maria Auxiliadora da Fonseca Leal	
Karlla Andrea Leal Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.92419240710	
CAPÍTULO 11	141
UM ESTUDO DISCURSIVO DO LÉXICO EM <i>O EMPATE</i> , DE FLORENTINA ESTEVES	
Edilene da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.92419240711	
CAPÍTULO 12	153
OS MULTILETRAMENTOS NOS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDO	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
Maria de Lourdes Rossi Remenche	
DOI 10.22533/at.ed.92419240712	
CAPÍTULO 13	165
SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NOS LADRÕES DO MARABAIXO: CONTRIBUIÇÕES PARA ESCOLARIZAÇÃO DOS AFROSABERES AMAPAENSES	
Drieli Leide Silva Sampaio	
Fabiana Almeida Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.92419240713	
CAPÍTULO 14	178
O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DO VOCABULÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO EM MINIDICIONÁRIOS ESCOLARES DO TIPO 3	
Maryelle Joelma Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92419240714	
CAPÍTULO 15	191
OPERADORES ARGUMENTATIVOS USADOS NO GÊNERO EDITORIAL ENQUANTO RECURSOS NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PERSUASIVO	
Míriam Silveira Parreira	
DOI 10.22533/at.ed.92419240715	
CAPÍTULO 16	215
O PROJETO <i>EDUCAÇÃO PARA LIBERDADE</i> , EM CAMPOS BELOS, GOIÁS: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA	
Ronivaldo de Oliveira Rego Santos	
Luciana Nogueira da Silva	
Wanderson Luiz Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.92419240716	

CAPÍTULO 17	227
O CARÁTER ARTÍSTICO E ESTÉTICO DA LITERATURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	
Deisi Luzia Zanatta	
Fabiano Tadeu Grazioli	
DOI 10.22533/at.ed.92419240717	
CAPÍTULO 18	236
O QUE É QUE O RUSSO DE ORIOL TEM A VER COM O BAIANO DE IRARÁ?	
Celina Cassal Josetti	
DOI 10.22533/at.ed.92419240718	
CAPÍTULO 19	245
POESIA PROFANA E RELIGIOSA NA ERA MEDIEVAL	
Gláucia do Carmo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.92419240719	
CAPÍTULO 20	262
“OS LUSÍADAS”: UMA ANÁLISE DO EPISÓDIO “OS DOZE DE INGLATERRA”	
Gláucia do Carmo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.92419240720	
CAPÍTULO 21	275
PRESERVAÇÃO DA FACE E (DES)CORTESIA NO DISCURSO LITERÁRIO DO ROMANCE MEU DESTINO É PECAR, DE NELSON RODRIGUES	
Fabiana Meireles de Oliveira	
Rodrigo Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92419240721	
CAPÍTULO 22	286
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ENFRENTAMENTO	
Welton Rodrigues de Souza	
Maria José de Jesus Alves Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92419240722	
SOBRE O ORGANIZADOR	297
ÍNDICE REMISSIVO	298

ANGOLA E BRASIL – PODER E DISCURSO POLÍTICO: A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO DE PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS

Patrícia Martins Mafra

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

São Paulo – São Paulo

RESUMO: Busca-se, nesta pesquisa, com base na teoria da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, com observação da pesquisa de Maingueneau (2008) e Charaudeau (2008), analisar a constituição do *ethos* discursivo dos pronunciamentos presidenciais dos países lusófonos Angola e Brasil, da década de 1990. Angola e Brasil têm um passado em comum e trazem semelhanças resultantes das ações do período da colonização portuguesa. Dentre essas podemos citar a língua portuguesa como elemento unificador, o sacrifício e a escravidão imposta aos seus nativos por lucros financeiros, a fim de sustentar a metrópole colonizadora. Especificamente, os *corpora* da pesquisa são constituídos pelo pronunciamento do Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na assinatura do Acordo de Lusaka, em 1994 e pelo pronunciamento do *Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República Federativa do Brasil, na cerimônia de posse no Congresso Nacional, em 1990*. Para tanto, essa análise visa à identificação de semelhanças e de diferenças da constituição do *ethos* dos referidos discursos, a partir do contexto

histórico e situacional, dos procedimentos linguísticos e das representações sociais acerca da legitimidade, por meio de eleições democráticas, da credibilidade e da identificação do sujeito político. Os resultados apontam que há semelhanças e diferenças na construção do *ethos* discursivo dos *corpora* em questão, e que as mesmas assinalam diferentes efeitos de sentido nos coenunciadores.

PALAVRAS-CHAVE: Lusofonia. Análise do Discurso. *Ethos* Discursivo. Discurso Político. Efeitos de Sentido.

ANGOLA E BRASIL - POWER AND POLITICAL DISCOURSE: THE DISCURSIVE *ETHOS* CONSTITUTION OF PRESIDENTIAL PRONOUNCEMENTS

ABSTRACT: The objective, in this research, based on the discourse analysis (DA) from French line, based on Maingueneau's (2008) and Charaudeau's (2008) researches viewpoints, is to analyze the constitution of the discursive *ethos* of presidential pronouncements of lusophone countries Angola and Brazil, in the 1990s. Angola and Brazil have an interconnected past and carry similarities resulting from the Portuguese colonization period. Among those, we can mention the Portuguese language as an unifying element, the sacrifice and the

imposed slavery to their natives in order to financial profits, with the view to sustain the colonizing metropole. Specifically, the corpuses of the research are constituted by Mr. José Eduardo dos Santos pronouncement, President of the Republic of Angola, the signing of Lusaka's agreement, in 1994 and the pronouncement of Mr. Fernando Collor de Mello, President of the Federative Republic of Brazil, the swearing-in ceremony of National Congress, in 1990. Therefore, this analysis aims to identify the ethos constitution similarities and differences of already mentioned discourse, from the historical and situational context, the linguistic processes and social representations concerning legitimacy, through democratic elections, the credibility and identification of the political subject. The results show that there are similarities and differences between the construction of discursive ethos and the corpuses in question, in addition to that, they point out different effects of meaning in the co-enunciators.

KEYWORDS: Lusophony. Discourse analysis. Discursive ethos. Political discourse. Meaning effects.

1 | INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho diz respeito a momentos políticos de transição ocorridos nos países lusófonos, Angola e Brasil, respectivamente, na década de 90, expressos em discursos presidenciais. Momentos que trazem a similaridade da abertura democrática em ambas as nações.

Angola e Brasil têm um passado em comum e trazem semelhanças resultantes das ações do período da colonização portuguesa. Dentre essas podemos citar a língua portuguesa como elemento unificador, o sacrifício e a escravidão imposta aos seus nativos por lucros financeiros, a fim de sustentar a metrópole colonizadora e as várias intervenções de outros países por interesses comerciais.

De acordo com Menezes (2000), deve-se levar em conta que o período da colonização portuguesa, apesar de ter deixado como herança o atraso econômico e social em Angola e no Brasil, legou similar identificação a esses dois países ao impor a língua portuguesa, tendo em vista ser o aspecto linguístico o elemento fundador do discurso e criador de uma consciência verbal, capaz de unir cada indivíduo aos membros de seu grupo social (KOCH, 2007). Dessa forma, o discurso, intimamente vinculado à produção de uma identidade é o instrumento primordial e marcante na busca da dignidade do povo angolano e do povo brasileiro, no referido momento histórico.

De um lado Angola: colonizada e subjugada até 1975, vivendo uma severa crise econômica e social e em busca de um entendimento entre instituições e tribos, para que se configurassem a instância política e a instância cidadã, a partir da pretensão da instauração da paz e da democracia. Do outro, Brasil: em pleno século XX – década de 90 – tentando se colocar democraticamente em meio a uma grave crise econômica.

O discurso proferido pelo presidente da República de Angola e pelo presidente do Brasil, nesse trabalho analisados, evidenciam que tanto o povo angolano, quanto o povo brasileiro, constituídos identitariamente de formas diferentes, apesar de muitos fatores em comum, trazem heranças sociais e reagem de diferentes maneiras diante dos discursos que lhes são apresentados.

Assim, temos como objetivo geral analisar a construção do *ethos* discursivo do pronunciamento do Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na assinatura do Acordo de Lusaka, em 20 de novembro de 1994 e a construção do *ethos* discursivo do pronunciamento do Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República Federativa do Brasil, na cerimônia de posse no Congresso Nacional, em 15 de março de 1990. Temos, também como objetivos específicos identificar algumas semelhanças e algumas diferenças que constituem o *ethos* discursivo desses discursos presidenciais e se elas interferem na produção do efeito de sentido dos referidos pronunciamentos.

O quadro teórico da pesquisa está baseado na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, tendo como fundador Michel Pêcheux, com observação na pesquisa de Maingueneau (2008) e de Charaudeau (2008).

A partir da observação dos objetivos e da fundamentação teórica, tecemos as considerações finais a partir de dados analisados no recorte evidenciado neste trabalho.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: ANGOLA E BRASIL

2.1 Angola: colonização perversa – da chegada do colonizador à independência

Para a compreensão do sentido do discurso político, o que ele representa em termos de visão de mundo e da ação que o mesmo propõe, se faz necessário entendê-lo no seu contexto histórico e situacional. Dessa forma, apresentaremos uma síntese do processo de estruturação social e política de Angola e do Brasil, que vai desde a chegada do colonizador até o momento atual do pronunciamento dos discursos propostos nos *corpora* de análise.

Logo após a chegada às terras de Angola – África, em 1482, os portugueses perceberam que poderiam dominar o território angolano para exploração presente e futura, a começar pela “necessidade espiritual” de converter os pagãos locais à crença católica européia, uma vez que o pensamento escolástico em vigor, oriundo da época das Cruzadas, determinava que a primeira missão dos navegadores fosse a evangelização dos povos não crentes. Para que Portugal sustentasse a posição de colonizador do território, um grande número de padres foi trazido pelo colonizador, ocasionando um intenso processo missionário em Angola, apesar da recusa das tribos autóctones.

Até meados no século XIX, Angola era vista pelo colonizador como fonte de

mão de obra escrava e, assim, se beneficiou das diferenças tribais locais para capturar vidas humanas para a comercialização. Com a independência do Brasil, em 1822, Portugal chegou a fazer esforços para a melhoria das relações com o território angolano, contudo, essa prática permaneceu até o final do século XIX. As fronteiras angolanas são o resultado de acordos entre os colonialistas mundiais do século XIX.

Com o tempo, devido à política de repressão, os africanos foram abandonando a posição de conformismo com a situação e a partir da década de 50 foram criados vários movimentos nacionalistas que tinham por objetivo a libertação de Angola.

Em meio de estratégias políticas entre 11 e 15 de janeiro de 1975, foram debatidos e assinados os acordos de Alvor em Portugal, estabelecendo um período de transição que iria de janeiro a novembro, no qual o governo seria exercido por representantes do FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e do Governo português.

Devido ao acordo, uma intensa evasão humana e de recursos ocorreu em Angola por receio da chegada do “socialismo” e do “comunismo”. Tal fato gerou um gravíssimo impacto sobre a nova economia que estava para ser criada (MENEZES 2000).

No transcorrer do acordo, por desentendimento explícito entre a FNLA e MPLA, um confronto armado foi seguido. Como resultado, com a ajuda da população, o MPLA expulsou do Governo de Transição os membros do FNLA e da UNITA e iniciou uma ofensiva para a conquista do país, que foi tomado militarmente. Assim, no dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, líder máximo do MPLA, proclama a República Popular de Angola e torna-se o primeiro presidente com mandato indeterminado. Com sua morte, em setembro de 1979, foi sucedido pelo engenheiro José Eduardo dos Santos, segundo líder do movimento.

De acordo com Menezes (2000), apesar de as eleições não constituírem por si o fim, elas estabeleceram uma parte importante de um processo de desenvolvimento democrático em Angola.

2.2 Brasil: escambo e escravidão – da chegada do colonizador à independência

Em abril de 1500, Pedro Álvares Cabral chegou à Bahia de Todos os Santos (litoral da Bahia), tomou posse oficial das terras brasileiras e rumou para o objetivo principal de sua expedição: comercializar na Índia.

A religião foi demarcada a católica como a do colonizador e iniciado um processo de catequização dos indígenas pelos jesuítas.

Em 1696, no atual estado de Minas Gerais, foram encontrados os primeiros filões de ouro que estimulou o governo português ainda basear-se nas riquezas extraídas do Brasil. Por isso, o governo de Lisboa criou várias leis, visando ao aumento do controle sobre a colônia.

Em 1821, a Revolução do Porto, em Portugal, tentou restabelecer o velho sistema colonial monopolista. O rei partiu para a metrópole portuguesa e a classe comercial brasileira, que não estava disposta a perder todo o terreno ganho, declarou, em setembro de 1822, a independência do Brasil, com o beneplácito da Grã-Bretanha. O Brasil passou a ser um império e o príncipe regente foi coroado como imperador D. Pedro I.

Em 1894, foi eleito o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Diante das várias frentes governamentais de contrapontos políticos evidenciados pelas mudanças do Regime Republicano para o Regime Militar em períodos transitórios no decorrer do século XX, na entrada da década de 80, no campo econômico e financeiro, as consequências da política monetária aplicada pelos governos militares anteriores foram sentidas pelo último governo militar. O país se endividou em uma escala alarmante. Assim, no início da década de 1980, o Brasil passou de país importador a exportador de recursos financeiros enviados ao estrangeiro como o pagamento dos juros de uma dívida externa calculada em 100 bilhões de dólares.

Finalmente, foram realizadas as primeiras eleições livres para presidência da República em quase 30 anos. No primeiro turno, os mais votados foram Fernando Collor de Mello, candidato das forças conservadoras, com 42,75% dos votos válidos e José Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (PT), com 37,86% dos votos válidos. No segundo turno das eleições, o Brasil viveu uma impressionante polarização ideológica entre grupos de direita e de esquerda, sendo eleito pelo povo o candidato Fernando Collor de Mello, momento que marca a abertura democrática no país.

3 | A ANÁLISE DO *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO

3.1 O discurso político

Em relação ao conceito de discurso político, todo ato de linguagem surge de um sujeito que para definir-se precisa de outro para a afirmação de sua existência e afirmação de si (princípio da alteridade). Nessa relação é necessário que o sujeito traga o outro para si, a fim de que o mesmo diga, pense ou aja segundo a intenção daquele que fala -princípio de influência. Contudo, se o outro tiver seu próprio projeto de influência, os dois sujeitos serão levados a regular suas relações segundo o princípio de regulação.

Todo ato de linguagem que dá origem ao discurso político participa de um processo global de comunicação concebido pelo sujeito enunciador. O plano de ação se dá com o intuito de um resultado positivo que depende da coincidência de interpretações que poderão ocorrer entre o sujeito enunciador e o coenunciador.

Sendo assim, a política é um espaço de ação que depende dos espaços de

discussão e de persuasão e de lugares de construção de valores. Dessa forma, fica evidente a grande importância do ato de linguagem na política como define Charaudeau (2008, p. 21):

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço de discussão* para que seja definido o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço da ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras de decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço da persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos do seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (grifo do autor).

Entendemos o discurso político como tudo o que diz respeito à organização da vida em sociedade e ao governo do bem público. Conforme Charaudeau (2008), o objeto de busca da ação política é um “bem soberano” que une as instâncias política e cidadã em um pacto de reconhecimento de “ideal social”. Assim, o discurso político determina esse ideal como busca universal das sociedades.

3.2 O *ethos*

Antes de nos ater à noção do *ethos* sob a perspectiva contemporânea, se faz necessário citar os estudos de Aristóteles. Os estudos de Aristóteles, conforme Maingueneau (2008), afirmam que o *ethos* constitui a mais importante das três provas engendradas pelo discurso – *logos*, *ethos* e *pathos*, distanciando-se dos retóricos de sua época que julgavam que o *ethos* não contribuía com a persuasão. De acordo com Eggs (2008), Aristóteles já empregava o termo *habitus*, ou na teoria da sociologia interacionista – ao seu tipo social. Dessa forma, encontram-se dois campos semânticos opostos ligados ao *ethos*: sendo o primeiro o sentido moral que engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade e o segundo de sentido neutro e objetivo que reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. Essas duas concepções não se excluem, mas se constituem e são necessárias a qualquer atividade argumentativa.

De acordo com Maingueneau (2008), o *ethos* está ligado à intenção a que corresponde o discurso do locutor e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de sua atividade oratória; é uma noção sócio-discursiva, um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de enunciação. Assim, essa noção de *ethos* vai além da argumentação e permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso. Esse fenômeno é notório quando se trata do discurso político que deve ganhar um público que está no direito de aceitação ou não do discurso proferido. Em relação à esse fenômeno, Maingueneau (2008, p.14) aponta o seguinte:

Embora seja associado ao locutor, na medida em que ele é a fonte da enunciação, é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor. O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são em realidade intradiscursivos,

já que são associados a uma forma de dizer. Mais exatamente, não se trata de traços estritamente “intradiscursivos” porque, como vimos, também intervêm, em sua elaboração dados exteriores à fala propriamente dita (mímicas, trajes...). (grifo do autor).

Tanto o caráter quanto a corporalidade do fiador apoiam-se sobre um conjunto de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar.

A incorporação do coenunciador ultrapassa a simples identificação do fiador. Os estereótipos interferem na construção do mundo ético da personagem fiadora. É por meio dessas representações que o coenunciador se apropria do *ethos* do enunciador.

O discurso político, assim, de acordo com Charaudeau (2008), é apoiado sobre a defesa da legitimidade de uma causa moral; o valor do programa e dos meios para atingi-los; o valor dos indivíduos que atuam na política, sua experiência, sua competência e seu saber-fazer. Esses fatores refletem o principal objetivo do sujeito político: fazer com que o maior número de cidadãos adira às suas ideias, ao seu programa, à sua política e à sua pessoa.

3.3 Imagem de dominação: da legitimação à soberania

O enunciador é um ser duplo, tendo em vista uma parte dele se refugiar em sua legitimidade de ser social e outra no que é construído em seu discurso. Essa duplicidade se justifica em necessidade, pois uma não existiria sem a outra.

No discurso político a legitimidade tem sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo, ou seja, ela é o resultado de um reconhecimento, que dá o poder de falar e agir pelos outros, por um direito adquirido, no caso, por meio de eleições presidências pelo voto direto.

Por ter sido legitimado pela instância cidadã, por meio do regime democrático, a imagem fundamental que o enunciador faz do coenunciador é a de dominação, isso é fortalecido com a situação de inércia que aparenta ter o coenunciador no momento da enunciação. Contudo, a situação real do coenunciador é a de que o enunciador faça dele representações para que se dê a continuidade ao discurso. Assim, para fortalecer a imagem de dominação, o enunciador afirma e reafirma a sua legitimação para seu público.

3.4 O *ethos* e os procedimentos enunciativos

Especificamente, o procedimento enunciativo que permite ao enunciador se colocar em cena denomina-se enunciação elocutiva. A enunciação elocutiva caracteriza-se pela presença do enunciador sob as formas eu, nós, nome próprio ou comum que o identifique e, assim, pela presença de frases exclamativas, ou seja, o enunciador se posiciona em relação a si mesmo em seu ato de enunciação, sem

envolver o seu coenunciador.

Já no ato alocutivo existe a presença do coenunciador sob as formas: tu, vós, nome próprio ou comum, que o identifique, vocativo e, ainda, todas as frases imperativas e interrogativas que são consideradas atos alocutivos. No discurso político, essa maneira de implicar o coenunciador tem a pretensão de construir determinadas imagens do enunciador (CHARAUDEAU, 2008).

3.5 O *ethos* político

Duas figuras identitárias reagrupadas pertencem ao discurso político: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação.

Essas figuras identitárias se agrupam em duas grandes categorias: os *ethé* da credibilidade, que se fundam na razão; e os *ethé* da identificação, que se fundam no afeto social. A partir desse reagrupamento, pode-se considerar que tanto o *ethos* de credibilidade, quanto o *ethos* de identificação podem ser considerados, conforme caracterizado por Maingueneau (2008), fenômenos de *ethos* composto por misturarem vários *ethé*, ou seja, misturam traços de vários *ethos*.

4 | A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*

Na análise de discurso, busca-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Sobre noção histórica Brandão (1999, p.49) cita:

A noção histórica é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico.

A ideologia é materializada por meio do discurso e o discurso é materializado por meio da língua. Para Pêcheux (1988), fiel ao marxismo de Althusser, a ideologia é fundamentalmente aquilo que determina o sujeito, à sua revelia, na ilusão da autonomia que lhe fornece a língua e complementa com o fato de que não há discurso sem sujeito e sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela própria ideologia e é assim que a língua faz sentido.

5 | ANÁLISE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NA CONSTITUIÇÃO DOS *ETHÉ* DISCURSIVOS DOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE ANGOLA E DO BRASIL

A seguir evidenciaremos a análise das semelhanças e diferenças entre a constituição do *ethos* dos discursos presidenciais pronunciados pelo Senhor José Eduardo dos Santos – presidente de Angola, em 20 de novembro de 1994 e do

Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República Federativa do Brasil, na cerimônia de posse no Congresso Nacional, em 15 de março de 1990 (DB).

Essas semelhanças e diferenças serão apontadas a partir das análises dos *corpora*: imagem de dominação: da legitimação à soberania; imagem da função pública; imagem sobre o referente: o *ethos* de identificação. Os recortes do discurso presidencial proferido pelo presidente de Angola serão denominados, a partir de agora, por **DA** e os recortes do discurso presidencial proferido pelo presidente do Brasil serão denominados **DB**.

Em relação à imagem de dominação: da legitimidade à soberania, observamos as seguintes semelhanças:

Semelhança: Os enunciadores se colocam na cena enunciativa

DA: *Estamos hoje aqui [...]*

DB: *Volto a esta Casa [...]; [...] Venho trazer [...], Creio firmemente [...], Orgulho-me de ter [...], Não saberia governar [...].*

Diferença: Os enunciadores se colocam na cena enunciativa por meio de pronunciamentos enunciativos diferentes:

DA: *Estamos hoje aqui [...]* – combinação do procedimento enunciativo alocutivo e elocutivo: *eu e vocês*

DB: *Volto a esta Casa [...]; [...] Venho trazer [...], Creio firmemente, [...], Orgulho-me de ter [...], Não saberia governar [...]* – Procedimento enunciativo elocutivo.

A seguir, analisaremos trechos em relação à imagem da função pública: *ethos* de credibilidade:

Semelhança: Ambos os enunciadores utilizam a figura de sério para construção do *ethos* de credibilidade:

DA: *O Governo angolano, no que lhe diz respeito, reafirma o seu empenho no cumprimento integral desse protocolo, que é a continuação do Acordo de Bicesse, animado pela convicção de estarmos a dar neste momento um passo decisivo para o futuro de estabilidade e paz em Angola.*

DB: *O propósito imediato de meu, governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la.*

Diferença: Adequação dos projetos aos meios existentes e procedimentos enunciativos:

DA: O sujeito enunciador ajusta seus projetos aos meios existentes: “*O governo angolano reafirma o seu empenho no cumprimento integral desse protocolo...*”
Procedimento enunciativo delocutivo.

DB: Por ser um compromisso de difícil realização (liquidar a inflação, no primeiro ano de gestão), o sujeito enunciador coloca em questionamento o seu programa de governo, pois arrisca sua imagem utilizando essa declaração, que poderia surtir efeito negativo ou positivo diante da opinião pública: [...] *a meta número um de*

meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Procedimento enunciativo elocutivo.

Em relação ao *ethos* de honestidade observamos:

Semelhança: Os sujeitos enunciadores utilizam a figura de honestidade para construir o *ethos* de credibilidade.

DA: *Ampliar e consolidar as pontes do diálogo, apaziguar os espíritos e reconstruir no sentido material e moral a Nação não vai ser tarefa fácil, no momento em que a expressão de São Tomé “ver para crer” ganha força.*

DB: *[...] trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração.*

Diferença: Os enunciadores utilizam diferentes referentes para construir a figura de honestidade:

DA: O enunciador utiliza a figura de honestidade ao confessar as dificuldades da execução de seu projeto, diante dos precedentes que construíram uma profunda desconfiança do povo: [...] não vai ser tarefa fácil [...]. A enunciação delocutiva foi utilizada, a fim de que ficasse evidente o ponto de vista de uma terceira voz: a da verdade: *o povo está frustrado e não acredita mais em promessas.*

DB: A declaração [...] trago no *sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política [...]* evidencia um sujeito político engajado na sua missão política e não motivado por uma ambição pessoal. O enunciador utilizou o procedimento enunciativo elocutivo, a fim de marcar a sua honestidade pessoal.

Por fim, analisaremos trechos em relação à imagem sobre o referente: *ethos* de identificação. Sobre o *ethos* de caráter, citaremos uma variante da figura de coragem com os trechos a seguir:

Semelhança: Os enunciadores utilizam a estratégia de provocação para a construção da figura de caráter.

DA: *[...] ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social. Colocando os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de grupo ou de qualquer outra natureza, seremos sucedidos.*

DB: *Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim [...]; [...]* É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita [...].

Diferença: Procedimentos enunciativos e maneiras de colocar a variante de provocação.

DA: O enunciador por meio da enunciação elocutiva, adverte a instância adversária a respeito das ações que devem ser tomadas para a instauração da paz no país:

Colocando [nós devemos colocar] *os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de grupo ou de qualquer [...]*.

DB: A fim de projetar a figura de caráter, o sujeito enunciador faz declarações de provocação à instância adversária, criticando diretamente as ações do governo anterior: *Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional [...]* e *É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos [...]*. Tais provocações são comprovadas a partir das explicações posteriores dos enunciados. O mesmo utiliza o procedimento enunciativo elocutivo e se coloca como agente da ação futura: *Comigo* não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional [...].

Sobre o *ethos* de chefe, constitutivo do *ethos* de identificação, consideramos a variante da figura do guia supremo: a figura do guia-pastor:

Semelhança: Os enunciadores utilizam a figura de guia-pastor para adesão do público:

DA: *Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.*

DB: *Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.*

Diferença: O enunciador aciona imaginários diferentes para construir a figura de guia-pastor.

DA: O sujeito enunciador evidencia em seu discurso o imaginário da tradição – é necessário voltar ao tempo para reencontrar uma origem, a verdadeira identidade: [...] *reconciliação* [um passado de paz] [...], [...] *reinstale a confiança* [um passado de confiança recíproca] [...], [...] *reconstruir e relançar o país* [passado de um país em pleno desenvolvimento] [...]. Por meio do procedimento enunciativo elocutivo, o enunciador se investe e investe seus coenunciadores (instância cidadã e adversária) da responsabilidade pela busca da herança moral do povo angolano.

DB: Com o objetivo de trazer para si o seu público, é acionado o imaginário da modernidade. O sujeito enunciador utiliza o procedimento enunciativo alocutivo, ou seja, implica seu coenunciador no ato de enunciação e de ação: [...] *estaremos colocando o Brasil [...]; [...]* *o que estamos vivendo [...]*. O sujeito enunciador tem a intenção que esse público assimile sua posição de homem sábio e ideal para a condução das ações, dessa forma, se expressa por meio do procedimento enunciativo delocutivo: *“O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.*

Em relação à figura de humanidade, constitutiva do *ethos* de identificação, observamos o seguinte:

Semelhança: Os enunciadores constroem a figura de humanidade nos discursos pronunciados.

DA: *Espero que neste processo, Tanto as formações políticas, como as associações civis e as igrejas continuem a empenhar-se, contribuindo para a pacificação efectiva dos espíritos, para a educação no sentido da tolerância e a aceitação das diferenças e para o reforço da solidariedade para com os mais desfavorecidos, em especial os órfãos de guerra e outras vítimas inocentes e igualmente desprotegidas.*

DB: *A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas.; [...] a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.; Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta.*

Diferença: Os enunciadores apóiam-se em traços distintos do imaginário da humanidade.

DA: O sujeito enunciator, soberanamente, expressa, por meio da enunciação elocutiva e alocutiva, que não está somente preocupado com os outros, mas que está unido ao povo que sofre e age em nome dos mesmos: *Espero que [...], [...] continuem a empenhar-se, contribuindo [...]*. O procedimento enunciativo utilizado contribui para a construção da figura de solidário do enunciator, ou seja, o enunciado marca a pretensão de evidenciar que possui os mesmos ideais da sociedade civil: *[...] a pacificação efectiva dos espíritos, para a educação no sentido da tolerância e a aceitação das diferenças e para o reforço da solidariedade para com os mais desfavorecidos, em especial os órfãos de guerra e outras vítimas inocentes e igualmente desprotegidas*. A construção do *ethos* de humanidade é apoiada no imaginário do igualitarismo, do ponto de vista da identidade cidadã e do imaginário da solidariedade que está estritamente ligado ao da igualdade, pois ambos visam à busca de uma identidade em comum: a humanidade.

DB: O enunciator constrói a figura de humanidade: *[...] imposto mais cruel [...]*, É uma agressão à maioria da nossa gente; *[...] tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.; [...] no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta*. Ou seja, o enunciator demonstra sentimento de compaixão por aqueles que sofrem. Deve-se notar que esses sentimentos são devidamente controlados pelo enunciator, já que juntamente com as expressões de sentimento, já são dadas asserções a respeito: *A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza [...]*. Essa construção é apoiada no imaginário do igualitarismo que se liga a discursos sobre a segurança: todo cidadão tem direito a uma proteção que preserve seus bens e sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, verificamos a construção do *ethos* discursivo nos pronunciamentos dos presidentes de Angola e do Brasil, da década de 90. Esses pronunciamentos, além de comum o código de comunicação, a Língua Portuguesa, assinalam um mesmo teor, ou seja, marcam o momento de transição política para a democracia, a partir de eleições

diretas para a eleição de um presidente no regime republicano.

Contudo, devemos salientar que vários fatos marcantes e distintos ocorreram no contexto sócio-histórico desses países, dessa forma, tanto o povo angolano quanto o povo brasileiro, constituídos identitariamente de formas diferentes, apesar de muitos fatores em comum, trazem heranças sociais e reagem de diferentes maneiras em relação aos discursos proferidos por seus presidentes.

Nesse momento de ajuste político, ambos os países passam por uma severa crise social e financeira. Assim, existe a busca de um ajuste imediato, a fim de que possam continuar a ter esperança de dias melhores.

A partir da legitimação, o sujeito político tem o poder de falar e agir pelos outros por um direito adquirido. A afirmação da legitimidade e a expressão da soberania do sujeito enunciador se amparam em várias representações sociais. Tal fato marca as semelhanças e as diferenças na constituição do *ethos* discursivo do sujeito político nos discursos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRADE, M.C. *O Brasil e a África*. 4.ed. São Paulo:Contexto, 1996. (Coleção repensando a geografia)

BOAVIDA, A. *Angola – cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.,1967.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 7. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP), 1999. (coleção pesquisa).

BRASIL, Presidente. 1990 - 1995. *O projeto de reconstrução Nacional e o compromisso com a democracia*. Brasília, Presidência da República, 1990.

CAMPOS, F.; MIRANDA, R. G. *A escrita da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução Fabiana Komesu...et.al. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, J.L. *Linguagem e Ideologia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Neves.7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KOCH, I.G.V. *A inter-ação pela linguagem*. 10.ed. São Paulo:Contexto, 2007.

LOBO, R.J.H. *História econômica e Geral do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1973.

MAINGUENEAU, D *Análise de textos de comunicação*. Tradução:Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes e Editora Unicamp, 2007.

_____. *Cenas da enunciação*; Possenti, S.;Souza-e-Silva, M.C.P.(Orgs.).São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MAIOR, A.S. *História do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MENEZES, S. *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

MOTTA, A.R; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo:Contexto,2008.

ORLANDI, E.P. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

_____. *Análise do Discurso: princípios & procedimentos*. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, M. *Sobre a (des)construção das teorias lingüística*. In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1999

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992, p. 200-212*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> Acesso em: 05. jan.2009.

POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PUBLIFOLHA. *Enciclopédia do mundo contemporâneo*. Tradução: Jones de Freitas, Japiassu Brício, Renato Aguiar. 2.ed. – São Paulo:Publifolha ; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 2000.

SANTOS, M.de F.de S. ALÉSSIO, R.L.dos S. *De quem é a culpa? Representações sociais de Pais das Zonas urbana e rural sobre adolescência e violência*. In: ALMEIDA, A.M. de O. et al. *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PADOCA, Online. Angola na Net. Sobre Angola: Acordos e Protocolos: Protocolo de Lusaka. *Discurso do eng. José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, no acordo de Lusaka*. Disponível em:<<http://www.padoca.org/pag/Docs/santos-lusaka.pdf>>.Acesso em: 04 jan.2009.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO TADEU GRAZIOLI é Doutor e Mestre em Letras pela na Universidade de Passo Fundo/RS (UPF). Especialista em Metodologia do Ensino da Literatura e Licenciado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI, da Faculdade Anglicana de Erechim/RS (FAE) e do Colégio Franciscano São José. Coordenou o segmento de Literatura Infantil e Juvenil da Habilis Press Editora por cinco anos. Contemplado com a Bolsa FUNARTE de Produção Crítica sobre Conteúdos Artísticos em Mídias Digitais/Internet - Edição 2009, a partir da qual desenvolveu a pesquisa *Leitura e fruição na tela: um olhar crítico em direção à ciberpoesia*. Contemplado com a Bolsa FUNARTE de Circulação Literária - Edição 2010, com a qual desenvolveu o projeto *Leitura dramática: revelando a dramaturgia brasileira para jovens leitores e suas comunidades*. Contemplado com a Bolsa Biblioteca Nacional/FUNARTE de Circulação Literária - Edição 2012, a partir da qual desenvolveu o projeto *Dramaturgia e jovens leitores: encontros necessários nos territórios da cidadania*. Autor de *Teatro de se ler: o texto teatral e a formação do leitor* (Ediupf), que teve sua segunda edição em 2019. Organizou, entre outras, as obras: *Teatro infantil: história, leitura e propostas* (Positivo), sobre dramaturgia para crianças e jovens, que recebeu o Prêmio de Melhor Livro Teórico 2016 (Produção 2015), e, no mesmo ano, o Selo Altamente Recomendável – Livro Teórico, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ); e com Rosemar Eurico Coenga, *Literatura de recepção infantil e juvenil: modos de emancipar* (Habilis Press), que recebeu o Prêmio de Melhor Livro Teórico 2019 (Produção 2018), e, no mesmo ano, o Selo Altamente Recomendável – Livro Teórico, da FNLIJ.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do discurso 165

C

Crônica 15

D

Diacronia 128

Dicionários escolares 178, 190

Discurso 6, 1, 46, 49, 51, 60, 61, 62, 91, 92, 93, 141, 142, 143, 144, 165

E

Educação infantil 103, 109, 115

Efeitos de Sentido 49

Ensino 7, 10, 15, 28, 29, 46, 87, 89, 169, 178, 179, 183, 186, 209, 215, 224, 225, 245, 286, 287, 297

Ensino de língua 29, 178

Escrita 15

F

Fotografia 8, 63, 65, 66, 77

Fraseologia 128, 130, 139

G

Gênero Textual 15

H

História Oral 63, 66, 76

I

Identidade 165

J

Juridiquês 30, 37

Justiça 6, 8, 30, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 200, 208, 215, 219, 220, 221, 225, 226

L

Lexicografia 178, 179, 180, 181, 182, 190

Linguagem escrita 103

Linguagem jurídica 30, 46, 47, 48

Linguagem oral 103, 110

Literatura 103, 106, 141, 230, 235, 236, 239, 245, 246, 261, 274, 297

Lusofonia 49

M

Memória 8, 62, 63, 65, 66

Multiletramentos 153

P

Português 6, 15, 37, 46, 48, 79, 80, 81, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 102, 117, 118, 126, 128, 130, 131, 140, 165, 180, 215, 285, 297

Português para estrangeiros 126

Práticas de leitura 153

S

Semiótica 153, 158, 160, 163, 164

Sequência Didática 15

Sincronia 128

Subjetividade 165, 226

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-492-4



9 788572 474924